

CLUBE DOS PENSADORES

Vila Nova de Gaia, 29 de junho de 2016

Transcrição da intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro

Queria agradecer ao doutor Joaquim Jorge o convite para estar hoje aqui convosco. Não apenas o convite, mas também a hospitalidade com que fui recebido e dizer-vos que, naturalmente, é um gosto falar dos Açores, falar da Autonomia dos Açores e isso facilitou muito, a forma como eu fui desafiado para esta conversa, a circunstância de prontamente ter dito que sim.

É com todo o gosto que aqui estou exatamente para falar um pouco sobre os Açores e sobre a Autonomia, que faz 40 anos. No passado dia 27 – anteontem - passaram 40 anos sobre a data em que se realizaram as primeiras eleições legislativas regionais e celebram-se, este ano, os 40 anos sobre a data em que a Autonomia Política dos Açores e da Madeira ficou consagrada na Constituição.

Este é o primeiro aspeto que me parece importante realçar. É que, muitas vezes, sobretudo no caso dos Açores, há a tentação de considerar que todo este projeto, todo este sonho da Autonomia, iniciou-se em 1976 com a consagração na Constituição desse modelo de autogoverno. Ora, isso não é verdade.

Toda esta conversa a propósito da Autonomia inicia-se em 1892, no caso dos Açores, exatamente como uma reação a algumas medidas que, na altura, foram tomadas e, naturalmente, não foram do agrado dos Micaelenses, que lançaram um processo que, após várias peripécias, acabou por, sob o lema “Livre Administração dos Açores pelos Açorianos”, desembocar, a 2 de março de 1895, com a publicação de um decreto que, pela primeira vez, concede um determinado grau de autonomia às ilhas dos Açores.

Curiosamente, o Primeiro-Ministro da altura - o título na altura não seria este - era um Açoriano, Ernesto Hintze Ribeiro, que acaba por associar-se, digamos assim, a esse momento.

Nessa altura havia três distritos e sempre foi assim até 1976. Este processo de Autonomia começa em Ponta Delgada, tinha várias características, era opcional, apenas se fosse votado, enfim, se fosse uma opção da parte dos eleitores restritos, na altura, é que seria implementado. Assim aconteceu em Ponta Delgada e, até 1901, há um processo de avanços e recuos, mais recuos do que avanços, que leva a que, nessa altura, haja uma relativa restrição desse modelo de autogoverno. Assim, só em 1901, também pela mão novamente de um Açoriano, é que se tenta um segundo impulso para a Autonomia dos Açores, ainda dentro do modelo dos três distritos.

Essa tentativa foi sol de pouca dura e assim vamos até 1974, no fundo, sem nenhum grau de Autonomia. O então Estatuto das Ilhas Adjacentes, que incluía também os Açores e

que, por essa via, veio equiparar o modelo de governo dos três distritos e não por uma circunstância de opção dos eleitores de cada um dos distritos, vigora até essa altura.

No período 1974-1976 é que há, efetivamente, uma grande transformação naquilo que tem a ver com a Autonomia dos Açores. Há a consagração na Constituição, primeiro há a criação de um órgão executivo com a função de preparar esse processo, a Junta Regional, e se vem desembocar com o chamado Estatuto Político-Administrativo Provisório dos Açores, que consagra o Parlamento Regional, consagra o Governo Regional e as eleições de 27 de junho de 1976.

Há três circunstâncias que julgo que são importantes realçar neste percurso da Autonomia Açoriana e que parecem particularmente importantes.

Nos finais da década de 60, há o lançamento de uma iniciativa, que ficou conhecida pelas Semanas de Estudos Açorianas. Estas “Semanas de Estudos” serão, talvez, uma das primeiras abordagens mais consolidadas quanto ao pensar, numa perspetiva regional, o desenvolvimento económico, social e o progresso dos Açores.

A segunda circunstância é a criação da Universidade dos Açores, primeiro como Instituto Universitário, e a terceira é a criação da RTP/Açores, já em 1976, se não me falha a memória.

Estas três circunstâncias são relevantes, sobretudo as últimas duas - a Universidade e a Televisão - porque elas são peças fundamentais para a criação de uma identidade regional. A elas se deve, em grande medida, o facto – no caso da RTP - de os Açorianos de São Miguel e de Santa Maria conhecerem os da Terceira e vice-versa, os do Corvo os das Flores, por exemplo. As ilhas conhecem-se a si mesmas e isso é um contributo essencial para a criação desta ideia de Região, desta identidade regional.

A Universidade tem um papel fundamental, também, no facto de começar a gerar reflexão e massa crítica do ponto de vista da qualificação e formação para o próprio desenvolvimento da Região.

Celebrando 40 anos, talvez seja útil pensar onde é que nós estávamos e onde é que nós estamos, sobretudo tentando retirar um pouco da espuma a propósito desta questão das Autonomias e, no fundo, tentando ter uma leitura quanto àquilo que elas trouxeram – falo no caso dos Açores - em termos de desenvolvimento e de progresso.

Há alguns dados que me parecem particularmente elucidativos.

Em 1974, o PIB ‘per capita’ dos Açores era 45% do nacional, hoje estamos nos 91%. Quanto a escolas, 40% das localidades açorianas, em 1974, não tinham escolas, hoje temos 40 escolas em toda a Região, em todas as localidades, em todas as ilhas. Nós temos uma Universidade, enfim, deste ponto de vista temos um trajeto e um progresso bastante significativo.

No que tem a ver com a saúde, em 1974, as principais instalações de saúde – hospitais – existiam apenas nas duas maiores ilhas, hoje temos três hospitais, 18 centros de saúde e postos de saúde em muitas e muitas freguesias, sobretudo naquelas mais afastadas dos centros.

Apenas cinco ilhas tinham aeroportos. Destas cinco, tirando os dois aeroportos militares – casos das Lajes e Santa Maria, em determinada medida -, todos os outros não conseguiam receber aviões de médio/grande porte. Apenas havia três ou quatro ilhas – se não me falha a memória - que tinham portos, as restantes tinham apenas pequenos cais de ancoradouro. Hoje há portos em todas as ilhas, aeroportos em todas as ilhas e, no fundo, todas as condições que, do ponto de vista de acessibilidades, fazem a diferença.

Foi só a Autonomia que fez isso? Não, não foi. Obviamente que isso contou também, sobretudo até 1998 - ano da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, que veio definir o modelo de relacionamento com a República - com a solidariedade nacional e contou, a partir de determinada altura, com os fundos comunitários.

Mas foi a Autonomia que fez a diferença na utilização, que reputo de correta – e para não ser mal-entendido, ao longo destes 40 anos, não tem nada a ver com o Governo A ou B - destes recursos que foram colocados à nossa disposição.

Numa altura em que estamos tão sensíveis em relação às questões das finanças públicas, há alguns dados que gostaria de trazer e de partilhar convosco hoje, porque me parecem necessários para desmentir uma ideia que muitas vezes existe, que é a de que as Autonomias são sorvedouros de dinheiros públicos, que as Autonomias são, enfim, perdulárias na forma como administram os recursos que têm à sua disposição.

Nós conhecemos os dados de 2015 das contas nacionais do INE. O défice estimado da Região Autónoma dos Açores em 2015 – estimado, ainda provisório, ainda na fase de apuramento - representa 0,02% do seu PIB e a dívida pública (da mesma fonte, INE) é estimada em 38% do PIB.

Apenas para terem uma ideia, a nível nacional estaremos talvez um ‘bocadinho’ acima destes valores, quer no défice, quer na dívida. Essa é uma responsabilidade que no caso dos Açores – e falo, naturalmente, pela minha Região -, nós sentimos como muito presente porque obviamente que isso se consegue com opções muito claras em termos de investimentos, em termos de privilegiar um ou outro investimento e de não realizar determinado tipo de investimento. Mas esta é a realidade que nós temos, no caso da Região Autónoma dos Açores.

Há também outra ideia que gostava, neste âmbito, também de partilhar convosco e que tem a ver com os recursos que são colocados às Regiões Autónomas, neste caso concreto, dos Açores. Há aquilo que eu considero ser uma ideia errada, que é a de que, se não fosse a solidariedade nacional, as Regiões Autónomas não existiam.

Aquilo que gostaria de partilhar convosco é que, neste momento, as receitas próprias da Região representam 66% do seu orçamento, os fundos comunitários representam 16% e

a solidariedade nacional representa 18%, aproximadamente, à volta disso. Estes são os números e isso dá ideia, na minha perspetiva, obviamente, daquilo de que estamos a falar.

Quarenta anos depois, e para concluir, na análise que me parece ser possível fazer, julgo que a Autonomia e, em concreto, a Autonomia dos Açores, está a cumprir com aqueles que foram os objetivos fixados pela Constituição: a participação democrática dos cidadãos, o desenvolvimento económico e social, a promoção e defesa dos interesses regionais, o reforço da unidade nacional e dos laços de solidariedade entre todos os portugueses.

Temos desafios? Temos. Temos desafios em termos sociais, em termos económicos, de emprego, temos setores de referência da nossa economia que estão sob pressão bastante acentuada fruto de uma conjuntura internacional adversa – é o caso da agricultura, nomeadamente o setor do leite e dos laticínios.

Temos oportunidades também, a maior parte delas relacionadas com este grande recurso que os Açores e o país têm e que tem a ver com o Mar, com uma extensa Zona Económica Exclusiva que temos à nossa disposição ou, pelo menos, que nos está próxima e que, fruto de duas circunstâncias que não sei até que ponto é que têm sido devidamente analisadas e entendidas, pode ganhar uma relevância ainda maior.

Não me refiro apenas às questões da ‘biotecnologia azul’, não me refiro apenas à exploração do mar e à exploração dos recursos no solo marinho. Refiro-me também à parceria para o investimento e crescimento entre a União Europeia e os Estados Unidos e refiro-me ao alargamento do Canal do Panamá, que está já concluído.

Estas duas circunstâncias podem contribuir para alterar radicalmente as oportunidades que, no Atlântico, surgem para o nosso país e surgem, naturalmente, também para os Açores.

Muito obrigado.